

EVOLUÇÃO

LA



6 Anos.

A mesma essência.



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I. Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 63 (fev. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 208 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.63

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

Isac Chateaufneuf

07 ESPECIAL

12 POIESIS

J. Wilton

ARTIGOS

1. A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Adriana Pereira Santos da Silva 19
2. GARATUJAS E A CONSTRUÇÃO DO DESENHO INFANTIL COMO LINGUAGEM
Adriana Silva de Santana Barros 26
3. MATERIAIS DE LARGO ALCANCE: DO CESTO DE TESOUROS À CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
Amanda Zuza dos Anjos 31
4. DAS PÁGINAS AUSENTES AOS FUTUROS POSSÍVEIS: LITERATURA NEGRA, ACERVOS ESCOLARES E A EMERGÊNCIA AFROFUTURISTA COMO PROJETO DE MUNDO
Bianca de Assis Pirahy 41
5. A UNIÃO: O CONCEITO MATEMÁTICO COMO FUNDAMENTO FILOSÓFICO PARA A AGREGAÇÃO SOCIAL HARMÔNICA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO
Calunda dos Santos Jorge / Júnior Zacarias Miguel Paca 45
6. PERFIL DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS EM ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ICISA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024
Capuma Ernesto Eduardo / Wilson Valdemar Gomes Anilba 50
7. AS CEM LINGUAGENS DA CRIANÇA: REGGIO EMILIA EM FOCO
Cícera da Silva Ramos 55
8. O BRINCAR COMO EIXO ESTRUTURANTE DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Cláudia Reolo da Silva Ferreira 62
9. LETRAMENTO MATEMÁTICO: DESENVOLVENDO A COMPREENSÃO E A APLICAÇÃO COTIDIANA NO ENSINO FUNDAMENTAL
Denise Teixeira Santos Menezes 68
10. CONSEQUÊNCIAS DO ANALFABETISMO CIENTÍFICO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO. UM ESTUDO REALIZADO NA COMUNIDADE ACADÊMICA DO ISIA E DO IDERO – 2025/2026
Edson da Conceição Graça 76
11. DA GARATUJA À ESCRITA: RELAÇÕES ENTRE DESENHO, LINGUAGEM E ALFABETIZAÇÃO INICIAL
Elizabeth Aparecida Feitosa Lima 83
12. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E TEA
Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro 89
13. A IMPORTÂNCIA DA ROTINA ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
Joice de Andrade Silva 97
14. LIMITAÇÕES DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA REFORMA DO SETOR PÚBLICO ANGOLANO: EVIDÊNCIAS DO SIAC CACUACO
José Manuel dos Santos 103
15. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Leandro de Almeida Oliveira 108
16. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NO BERÇÁRIO I: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Lilian Silvana Minho Zanetta 115
17. PSICOPEDAGOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO CONTEMPORÂNEO ENTRE TEORIA E PRÁTICA
Luciane de Jesus Mineiro de Lima 121
18. IMPACTO DA MOTIVAÇÃO NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL. ESTUDO REALIZADO NO INSTITUTO POLITÉCNICO NO 131-LUBANGO
Lucoque Bernardo 128
19. PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO EM ANGOLA: O CASO DOS RECLUSOS ATENDIDOS NO HOSPITAL PENITENCIÁRIO PSIQUIÁTRICO
Manuel Paulo Chamorro 135
20. ENTRE AUTONOMIA E NORMATIZAÇÃO: METODOLOGIA ELOS – CONSTRUINDO COLETIVOS
Marcelo Cunha 144
21. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE LETRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Marli Aparecida Rosa 161
22. EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA
Maria de Lourdes Ferreira da Silva 167
23. A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN
Orlaneide Ferreira Santos Diamante 173
24. A EDUCAÇÃO PSICOMOTORA COMO BASE DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Paula Dulcídio Rosseto 179
25. O PANINHO DE APEGO COMO PRIMEIRO BRINQUEDO: REFLEXÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA MONTESSORI
Renata da Costa Braz 186
26. MOVIMENTO E INFÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DA MOTRICIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR
Simone Gomes de Macêdo Miranda Ferreira 193
27. TEORIA DE ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE NAS ORGANIZAÇÕES ANGOLANA
Ucaca Venâncio António 200



A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE LETRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Marli Aparecida Rosa¹

RESUMO: Este artigo apresenta a questão da formação dos professores de Língua Portuguesa, iniciando-se pelos fundamentos legais que orientam o Curso de Letras. Toma-se como parâmetro a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB) e o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Câmara de Educação Superior (CES), que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Para apontar as tendências contemporâneas no ensino de Língua Portuguesa, o estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de Soares (2001), Lerner (2001), entre outros pesquisadores que discutem a formação docente e as práticas de linguagem. O objetivo é analisar como os fundamentos legais e as perspectivas teóricas contemporâneas contribuem para a constituição da identidade profissional do professor de Língua Portuguesa, considerando os desafios impostos pelas transformações educacionais e sociais.

Palavras-Chave: Formação de professores; Ensino de Língua Portuguesa; Cursos de Letras; Política educacional.

INTRODUÇÃO

Para compreender qual é o perfil esperado de um professor da área de Letras, entende-se como ferramenta importante a análise dos documentos oficiais do Brasil que regulamentam o funcionamento dos cursos de Letras em território nacional e que definem a formação que um egresso do curso de Letras deve levar para sala de aula ou outro campo de atuação que possa ocupar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), no seu artigo 62 prevê:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida confirmação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do

ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, art. 62, 1996).

Os cursos de licenciatura destinam-se à formação de professores para diferentes níveis de ensino da Educação Básica, modalidades como Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos e áreas de conhecimento específico, para a docência na Educação Básica e no Ensino Médio. As licenciaturas associam formação específica do conhecimento aos conhecimentos pedagógicos. O curso de Letras tem como diretriz o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de educação nº 492/2001, sob o número 300100126/2001-69, aprovado em 03/04/2001, tendo por assunto as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social,

¹ Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos, Pós Graduada em Língua e Literatura pela Faculdade Dom Domênico e em Direito Educacional pela Faculdade Marinho Paulista (FAM), Professora de Língua Portuguesa aposentada pela Secretaria de Educação do Governo de São Paulo, Professora universitária da Faculdade de Tecnologia de São Vicente (FATEF). Atualmente Supervisora do quadro permanente da Secretaria de Educação do Município de São Vicente

Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, que em sua introdução diz:

[o curso de Letras] (...) leva em consideração os desafios da educação superior das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos (p.29).

Nestas Diretrizes, o Curso de Letras é considerado como pertencente à área de Ciências Humanas, ressaltando a relação dialética do pragmatismo da sociedade atual e o cultivo dos valores humanistas, ao que propõe um curso de estruturas flexíveis, numa síntese de; 1) domínio do conhecimentos para a atuação no mercado de trabalho; 2) desenvolvimento de habilidades e competência profissional; 3) priorização de uma abordagem pedagógica como um fim ao desenvolvimento da autonomia do aluno; 4) promoção constante entre o ensino, pesquisa e extensão.

Nela ainda fixa o Currículo, visto como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada, levando em consideração a natureza teórico-prática de conjuntos de conhecimentos, competências, habilidades e objetivos. Esta se desdobra no conceito de atividade acadêmica, algo considerado como relevante, para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias à sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador.

A estrutura dos cursos de Letras deve incluir no projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e licenciatura, e sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

O artigo 2º dispõe sobre 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), podendo ser integrados em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

Segundo o Parecer que fundamenta as Diretrizes, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seu estudo, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. Este profissional deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho.

Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

FORMAÇÃO CONTINUADA: A CONSTITUIÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

O reconhecimento da insuficiência da formação inicial para o desenvolvimento profissional de professores trouxe como consequência, a propagação de formação continuada de diferentes naturezas, organizada por diferentes grupos e abrangendo uma grande diversidade de temas. Libâneo (2001) argumenta que a construção e o fortalecimento da identidade profissional são partes integrantes do currículo e das práticas de formação inicial e continuada.

Nos últimos anos, os estudiosos da formação de professores como Soares (2001), Lerner (2001), vêm insistindo na importância do desenvolvimento pessoal e profissional no contexto de trabalho, mediante a educação ou formação continuada. Os cursos de formação inicial têm um papel muito importante na construção dos conhecimentos, atitudes e convicções dos futuros professores, necessário à sua identificação com a profissão. Mas é

na formação continuada que essa identidade se consolida, uma vez que ela pode desenvolver-se no próprio trabalho.

A formação continuada visa o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, faz que o docente reflita e avalie a sua prática, ganhando autonomia para construir e investigar novas teorias para o seu trabalho. É comum as Secretarias de Educação promoverem a capacitação dos professores através de cursos de treinamento ou de reciclagem, com grande número de pessoas (Libâneo, 2001 p. 66).

Nos cursos que são oferecidos para os professores pelas Secretarias e Departamentos de Educação, de um modo geral, são transmitidas propostas para serem executadas ou os conferencistas dizem o que os professores devem fazer. Desse modo, o docente não é instigado a ganhar autonomia profissional, a refletir sobre sua prática, a investigar e construir teorias sobre seu trabalho.

Para Libâneo (2001), a nova concepção de formação é aquela em que o professor é inserido como intelectual crítico, como profissional reflexivo, pesquisador e elaborador de conhecimentos, como participante qualificado na organização e gestão da escola.

Assim, o professor é formado teoricamente para poder realizar a reflexão sobre sua prática; torna-se investigador em sua aula analisando suas práticas; revê suas rotinas, buscando novas soluções, desenvolve habilidades de participação grupal e de tomada de decisões seja na elaboração do projeto pedagógico e da proposta curricular seja nas várias atividades da escola como execução de ações. Esse é o sentido mais ampliado que assume a formação continuada.

Corroborando com Libâneo (2001), Pimenta (1999), afirma que o alargamento da consciência se dá pela reflexão que o professor realiza na ação. Em suas atividades cotidianas, o professor toma decisões diante das situações concretas com as quais depara, com base nas quais constrói saberes na ação. Para isso, é necessário mobilizar a reflexão, possibilitando uma elaboração teórica de seus saberes.

É dessa forma que o professor torna-se um pesquisador, construindo sua autonomia

profissional, aprimorando seus conhecimentos e práticas e aprendendo a resolver problemas. Assim, compreende-se que o aprender não é só o domínio de conteúdos, mas também saber como se busca conhecimentos.

Garcia (2000, p. 17) esclarece que:

A formação de professores deve promover nos docentes uma identidade própria, como pessoas com capacidade de aprender, de serem responsáveis e com iniciativa. Uma capacidade de aprender que se concretiza no que se tem denominado aprendizagem auto regulada, mediante a qual se desenvolve nos docentes um estilo próprio de envolver-se na resolução de tarefas, estabelecendo suas próprias metas, planejando suas próprias estratégias para avaliar o grau de cumprimento de suas metas, processando informações e encontrando recursos para aprender. E isto, que é necessário para os alunos em uma sociedade em mudança, o é também para os professores.

O professor de Língua Portuguesa, dentro deste contexto, parece atravessar uma crise de identidade. A ele não cabe mais o papel de guardião da língua, sempre à caça de erros por parte daqueles que não utilizam o modelo padrão de língua, a norma culta, única e correta. Ele tornou-se então um especialista, repetindo o tradicional ensino recebido em sua formação, pautado no discurso sobre a língua, a metalinguagem.

Diante das críticas a esse ensino descontextualizado, centrado na norma, na gramática, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil sofreu mudanças significativas a partir da década de 90, quando os avanços decorrentes de pesquisas nas diversas áreas da linguística contribuíram para a reflexão e reformulação do ensino dessa disciplina.

Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 22).²

Considerando que as funções do professor descritas pelos PCN apontam para a ideia de um ensino competente, chegamos ao ponto de recuperar

o que Rios (2001) trata sobre o tema. Segundo a autora, o ensino competente é um ensino de boa qualidade. O conceito de qualidade é totalizante e esta é, em nossos dias, uma palavra de ordem mobilizadora. O que se tem, no entanto, é uma “retórica da qualidade”, a qual é preciso superar, denunciando-se e evitando-se o “discurso competente”, o discurso do conhecimento que dissimula a dominação na sociedade.

A reflexão sobre os conceitos de competência e qualidade tem o propósito de ir à busca de uma significação que se alterou exatamente em virtude de certas imposições ideológicas. Segundo Perrenoud (2000), o ofício de professor está ligado à prática reflexiva, à profissionalização, ao trabalho em equipe, projetos, autonomia e responsabilidade crescentes, pedagogias diferenciadas, centralizadas em dispositivos e em situações de aprendizagem, todas direcionadas à sensibilização, ao saber.

Algumas tendências contemporâneas no ensino de Língua Portuguesa apontam o letramento como um novo caminho para uma aprendizagem efetiva. Para cumprir a necessidade de definir esse conceito, recupera-se a elaboração de Soares (2001, p. 20) que ensina que:

Letramento é muito mais que alfabetização. É o estado ou condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com diferentes gêneros e tipos de leitura e a escrita, com as diferentes funções que a leitura e escrita desempenham em nossa vida.

Portanto, letramento é o conjunto de práticas sociais que usa a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. Desta forma, quais os caminhos que o professor de Língua Portuguesa teria que seguir para efetivar essa nova concepção de ensino da Língua Portuguesa?

Segundo Soares (2001), a primeira condição é que haja escolarização real e efetiva da população e uma segunda condição é que haja disponibilidade de material de leitura. O que ocorre nos países do Terceiro Mundo é que se alfabetizam crianças e adultos, mas não lhes dão as condições para ler e escrever: não há material impresso posto à disposição, não há livrarias, o preço dos livros e até

dos jornais e revistas é inacessível, há um número muito pequeno de bibliotecas.

Para Lerner (2001), o necessário é fazer do espaço escolar uma comunidade de leitores. Indivíduos que recorrem aos textos buscando respostas para os problemas que necessitam resolver, tratando de informação para compreender melhor algum aspecto do mundo que é objeto de suas preocupações, buscando argumentos para defender uma posição com a qual estão comprometidos, ou para rebater outra que consideram perigosas ou injustas, desejando conhecer outros modos de vida.

Além disso, há o processo de identificar-se com outros autores e personagens ou se diferenciar deles, viver outras aventuras, inteirar-se de outras histórias, descobrir outras formas de utilizar a linguagem para criar novos sentidos. Cabe ao professor, mostrar que leitura e escrita são práticas vivas, instrumentos poderosos que permitem repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento, onde interpretar e produzir textos sejam direitos que é legítimo exercer e responsabilidades que é necessário assumir.

Cabe ao professor de Língua Portuguesa, portanto, estar atento ao seu objeto de ensino, no caso, a língua. Mas como sujeito que reflete sobre a sua prática, avaliando-a, questionando-a, confrontando-a com as necessidades dos alunos.

Desta forma, utilizando-se de várias linguagens como instrumento do seu fazer/pensar pedagógico, o professor contribuirá para a formação de futuros “leitores e escritores”.

Há que se considerar e assumir o professor como sujeito que possui, utiliza e produz saberes específicos ao seu trabalho, como ator que assume sua prática baseada em significados que ele mesmo lhe dá possuidor de conhecimentos e um saber fazer oriundos de sua própria ação e partindo destes, estrutura e orienta a mesma. Isso leva a concluir que esse professor sujeito, ator, assim o é em função de sua reflexão sobre e durante sua atuação na prática, no cotidiano escolar.

Destituído o paradigma tradicional da dissociação entre teoria e prática, instituído o

professor como sujeito do conhecimento, aspectos esses que pressupõem e implicam reflexão, que constituem a formação continuada do professor, faz-se necessário abordar a questão do espaço e da autonomia, elementos imprescindíveis para que estas práticas se efetivem.

A consideração efetiva do professor de Língua Portuguesa como sujeito do conhecimento e suas implicações são possíveis se lhe for possibilitado maior tempo e espaço, gerando assim sua ação como ator autônomo e reflexivo de sua própria prática e como sujeito competente em seu ofício.

O Estado assumiu a tutela da profissão e os professores tiveram que se submeter às missões que lhe eram atribuídas pelas autoridades públicas. Dessa forma, as relações de subordinação estão arraigadas no histórico da profissão docente não por questões cognitivas, mas sim explicitamente por questões de poder.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim, por meio de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re)construção de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (Nóvoa, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos professores de Letras, especificamente dos docentes de Língua Portuguesa, não se esgota na formação inicial oferecida pelos cursos de licenciatura. Ao longo da presente investigação, foi possível evidenciar que os fundamentos legais, expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, delineiam um perfil profissional que exige sólida formação teórica, domínio do conhecimento específico e competência pedagógica articulada à reflexão crítica sobre a prática docente.

As reflexões teóricas apresentadas permitiram compreender que as transformações ocorridas no ensino de Língua Portuguesa, sobretudo a partir das contribuições da linguística, dos estudos

sobre letramento e das abordagens socioculturais da linguagem, impõem novos desafios ao professor. Este deixa de ocupar o lugar de mero transmissor de normas gramaticais para assumir o papel de mediador, formador de leitores e produtores de textos, comprometido com práticas de linguagem socialmente significativas e contextualizadas.

Sob esta perspectiva, a formação continuada emerge como elemento central na constituição da identidade profissional docente. Conforme apontam autores como Libâneo, Pimenta, Nóvoa e Garcia, é por meio da reflexão sistemática sobre a prática, do diálogo entre teoria e ação pedagógica e do reconhecimento do professor como sujeito produtor de saberes que se torna possível o desenvolvimento de uma atuação crítica, autônoma e comprometida com a qualidade do ensino.

À luz do exposto, conclui-se que a formação dos professores de Letras deve ser compreendida como um processo contínuo, que articula formação inicial, formação continuada considerando as condições concretas de trabalho docente e as políticas educacionais vigentes. Investir na valorização do professor, na ampliação de sua autonomia intelectual e no reconhecimento de sua prática reflexiva constitui um caminho indispensável para o fortalecimento do ensino de Língua Portuguesa e para a formação de sujeitos críticos, leitores e produtores competentes da cultura escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília: 23 dez
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 492/2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 2001.
- BRASIL.. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Brasília; MEC – Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- GARCIA, Carlos Macedo.. **¿Quién educará a los educadores?** Teoría y práctica de la formación de formadores. Montevideo. Anep. 2000, p. 17-28.
- GARCIA. Formação de Professores: O Conhecimento Sobre Aprender a Ensinar. Caxambu: ANPEd, **Revista Brasileira de Educação. Nº. 9,** p. 51-75, set., out., nov., dez., 1999.
- LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola o real, o possível e o necessário.** 2 ed., Porto Alegre: Artemed, 2001

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 3. Ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001, p 61-72, 187-196.

MAZZILLI, Sueli. Notas Sobre o Trabalho Docente no Ensino Superior Num Projeto de Universidade Socialmente Referenciado. Leopoldianum – **Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos, Ano 31, n. 83-84- 85** (jan/dez. 2005), p. 145-156.

MAZZILLI, Sueli. **Aprendendo e Ensinando e ser Pesquisador: O Papel do Orientador. Trajetórias e Processos de Ensinar e Aprender: Lugares, Memórias e Culturas**. 14 ENDIPE. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. CD-ROM

NÓVOA, Antônio. Formação de Professores e Profissão Docente. In: **NÓVOA, A. OS Professores e sua Formação**. 3 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PERRENOUD, Philippe. O papel de uma iniciação à investigação na formação de base dos professores. In: **Práticas Pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: identidade e saberes da docência**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

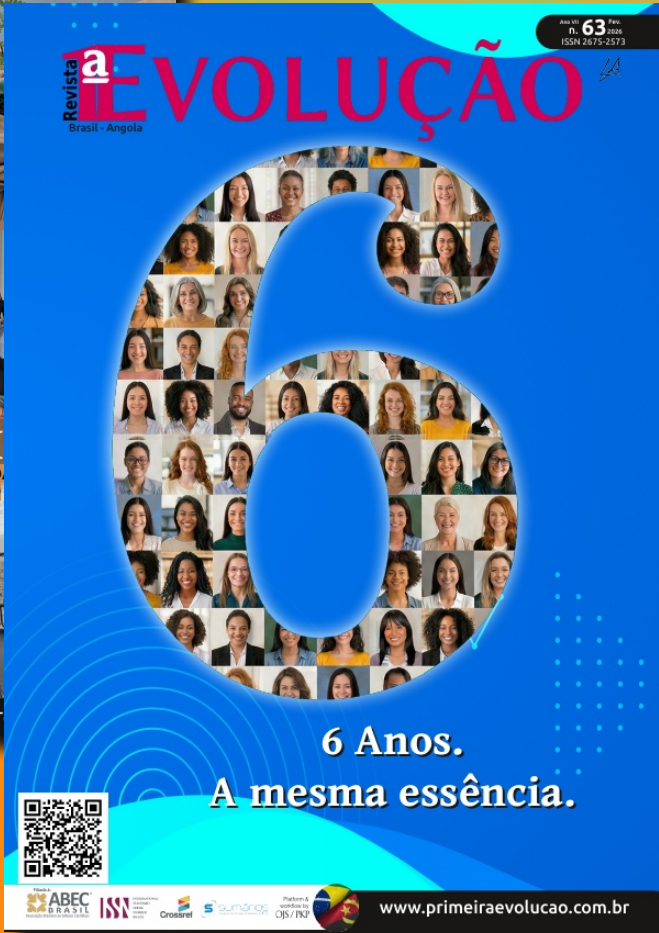
RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência de qualidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. A Pós-Graduação em Educação no Brasil: Pensando o Problema da Orientação. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N (org). **Bússola do Escrever**. desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI Pedagogia e Formações de Professores no Brasil: Vicissitudes dos Dois Últimos Séculos. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, Goiânia-UCG, 2006, < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos> > Acesso em 23 de Janeiro de 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-Graduação e Pesquisa: O Processo de Produção e de Sistematização do Conhecimento no Campo Educacional. In: BIANCHETTI, Lucídio. e MACHADO, Ana. Maria Netto. **Bússola do Escrever: Desafios e Estratégias na Orientação e Escrita de Teses e Orientações**. Florianópolis e Porto Alegre: Cortez, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento em três gêneros**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.63>



COORDENAÇÃO:
 Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
 Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
 Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adriana Pereira Santos da Silva
- Adriana Silva de Santana Barros
- Amanda Zuza dos Anjos
- Bianca de Assis Pirahy
- Calunda dos S. Jorge / Júnior Zacarias M.Paca
- Capuma E. Eduardo / Wilson V. Gomes Anilba
- Cícera da Silva Ramos
- Cláudia Reolo da Silva Ferreira
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Edson da Conceição Graça
- Elizabeth Aparecida Feitosa Lima
- Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro
- Joice de Andrade Silva
- José Manuel dos Santos
- Leandro de Almeida Oliveira
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Luciane de Jesus Mineiro de Lima
- Lucoque Bernardo
- Manuel Paulo Chamorro
- Marcelo Cunha
- Marli Aparecida Rosa
- Maria de Lourdes Ferreira da Silva
- Orlaneide Ferreira Santos Diamante
- Paula Dulcídio Rosseto
- Renata da Costa Braz
- Simone Gomes de Macêdo Miranda Ferreira
- Ucaca Venâncio Antônio

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

